



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11440 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 -Trabalho e Educação, Ensino Médio e Ed. Técnica e Tecnológica

O ensino médio brasileiro em dois atos: culturas juvenis e neoliberalismo

Marcos Vinicius da Silva Goulart - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO EM DOIS ATOS: CULTURAS JUVENIS E NEOLIBERALISMO

Introdução

O intuito deste trabalho é apresentar como a juventude vem sendo problematizada no contexto dos discursos sobre o ensino médio no Brasil levando em consideração os dois processos históricos. Em primeiro lugar, tem-se o que ocorre desde o início dos anos 2000, em que a juventude efetivamente ganha cidadania por conta de um cenário político e acadêmico nos quais as culturas juvenis passam a ser pensadas como ponto fundamental para políticas dirigidas aos jovens. Nesse caso, o sujeito jovem, que era problematizado como pertencente apenas a uma faixa etária, passa a ser pensado como um produtor de sua própria experiência, um produtor de cultura. O ensino médio, a partir disso, seria uma espécie de *lócus* das culturas juvenis. Em segundo lugar, há uma apropriação desse tipo de problematização por um discurso neoliberal, focado na produção de um ensino médio útil para a formação de mão de obra e, por consequência, produtor de capital humano. Os estudos sobre o ensino médio e sua relação com os estudos sobre juventude vem ganhando espaço nas últimas décadas, contudo, no caso específico da etapa de ensino, experienciamos um processo de implementação de uma reforma do ensino médio (BRASIL, 2017) que é resultado dos processos históricos em questão e que carrega consigo uma série de tensões que uma análise da emergência dessa reforma se faz necessária para a compreensão de como chegamos aonde estamos.

Aspectos Metodológicos

Em termos metodológicos, é preciso situar dois conceitos fundamentais para a nossa análise, quais sejam, a noção de discurso e de problematização na perspectiva de Michel Foucault. Quando nos referimos a discursos, estamos considerando que eles não apenas falam

ou descrevem determinados objetos, mas, os formam (FOUCAULT, 2007). Assim, a produção acadêmica e os próprios ditos acerca da juventude produziram um modo de encará-la. Podemos, assim, nos referir a um discurso sobre a juventude como sendo aquele que é tornado prática, na medida em que forma um modo de encarar essa categoria social, vislumbrando ações sobre e com ela.

A noção de problematização é menos pensar algo como um problema, como uma questão a ser resolvida, e mais pensar como determinados discursos, sobre determinado objeto, se constituíram no jogo do verdadeiro e do falso (FOUCAULT, 2006). Ou seja, uma problematização é parte de um discurso e emerge a partir dos processos de poder-saber. Nesse sentido, uma problematização da juventude é o modo como se elaborou um saber sobre os jovens, como esse saber se tornou uma “verdade” para a produção de ações voltadas a eles. Portanto, ao aludirmos a uma problematização da juventude, em linhas gerais, estamos relacionando-a com práticas discursivas que resultaram num modo de *ver* a juventude e os jovens. No fundo, o que está em questão é pensar na produção do ensino médio nas duas últimas décadas inserindo uma reflexão sobre as problematizações da juventude. E, para isso, serão utilizados como materiais de análise documentos oficiais, textos acadêmicos, matérias jornalísticas e documentos de institutos privados.

Desenvolvimento

As culturas juvenis como um modelo para o ensino médio

Em 2000, no Governo Fernando Henrique Cardoso, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estabeleceu-se o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio que, posteriormente, passou a ser chamado Escola Jovem (RODRIGUES, 2006). Não obstante todas as críticas à perspectiva política que embasou o programa, o que interessa para a análise que desenvolvemos aqui é que ele materializa a ideia de que o ensino médio é um lugar da experiência juvenil, já que um de seus objetivos é “apresentar práticas ou um plano de reordenamento [...] que contemple a identidade da escola de Ensino Médio como uma escola de e para jovens e jovens adultos” (BRASIL, 2000, p. 14). Com “materializar” queremos dizer que ele aparece em uma ação governamental que visará pautar ações institucionais em escolas públicas do país.

Há uma problematização que aproxima as noções de aluno e juventude e indica uma identidade para ensino médio, produzindo uma forma de solucionar a questão do perfil dos novos sujeitos que ocupam as escolas. Todavia, é importante ressaltar que, pelo menos em 1998, “[...] 55% dos alunos do ensino médio frequentaram o noturno, índice que chegou a 62% no caso dos estudantes de escolas públicas mantidas pelos Estados e pelo Distrito Federal” (BRASIL, 2000, p. 4). Ou seja, é nesse contexto que se deve entender a ideia de Escola Jovem, a saber, uma escola para jovens trabalhadores. A preocupação da proposta é dar conta de uma camada da população que cada vez mais luta para se manter estudando e que, em simultâneo, por demandas do mercado de trabalho, necessita do diploma do ensino

médio. Portanto, essa Escola Jovem não é tão voltada às *juventudes*, mas sim, a uma juventude bem específica: a pobre, que precisava se inserir e ser inserida no mercado de trabalho.

Em 2003, já no Governo Lula, no seminário intitulado *Ensino Médio: Construção Política*, a temática juventude ganha força. O discurso é o de que a etapa de ensino não estaria cumprindo o seu papel de contemplar uma formação cidadã, bem como uma formação que desse conta das necessidades relacionadas à idade. De modo que seria fundamental pensar na “[...] elaboração de mecanismos pedagógicos eficazes e consonantes com as necessidades e as aspirações juvenis” (RAMOS; PAVAN, 2003, p. 13). Assim, esse saber sobre a juventude se torna um fator fundamental para desenvolver uma nova escola de ensino médio, implicando novos conjuntos de práticas a serem desenvolvidas. Ora, se por um lado a Escola Jovem estava mais situada na construção de um ensino médio que desse conta dos novos contingentes que ingressavam nessa etapa de ensino, buscando uma “solução” mais focada na formação para o trabalho. Agora, com o seminário supracitado, temos uma perspectiva voltada para a constituição do jovem como um sujeito de direitos que, por assim ser, necessitava de uma escola mais voltada a promoção de uma educação integral que, por óbvio, também vislumbrava a formação para o mundo do trabalho.

Dando um salto histórico, nos interessa marcar um corte, uma tensão entre a formação voltada para o mercado de trabalho e aquela voltada mais para a formação humana, fundada naquilo que Arroyo (2014) chamou de um *direito a se saber*. Talvez, a proposta que mais levou adiante a ideia de pensar um Ensino Médio como um direito *a se saber do jovem*, isto é, como um *locus* da experiência juvenil, foram o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) de 2009, instituído no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), instituído pela portaria nº 1140/2013. Já nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, definidas no parecer nº 4, de 3 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), a ideia de ver os jovens como multiplicidade, elaborando ações com esse viés, aparece no sentido de relativizar o que deve ser trabalhado em sala de aula, considerando que “o aprendizado dos conhecimentos escolares tem significados diferentes conforme a realidade do estudante” (BRASIL, 2013a, p. 146). Assim, seria necessário entender o jovem do Ensino Médio como um sujeito com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades específicas. Além disso, as experiências juvenis estariam em transformação também e, por conseguinte, a sua relação com a própria escola. Muito antes de ver o estudante isolado no seu papel de mero estudante, deveríamos pensar sobre ele como um jovem, com todas as implicações que isso traria.

No Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), política de formação de professores e coordenadores pedagógicos que atuavam no Ensino Médio público brasileiro (BRASIL, 2013a), tem-se como objetivo transformar o Ensino Médio, propondo uma reflexão sobre as práticas escolares, o seu currículo, a gestão das escolas e a relação professor/aluno em sala de aula. Além disso, propunha-se implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 2010). O PNEM tinha ligação direta com

o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) (BRASIL, 2009), tendo em vista que buscava qualificar essa etapa de ensino através de um currículo mais significativo para os estudantes, em diálogo com uma reflexão sobre a juventude, operando, assim, criticamente em relação ao modo como funcionava o ensino médio no Brasil.

Por constituir-se como uma formação continuada de professores, foi desenvolvida uma série de cadernos de estudos que eram a base das discussões com os docentes das escolas participantes. No entanto, há um caderno específico que trata do jovem como sujeito do ensino médio (BRASIL, 2013b), no qual essa visão serviria como ponto de partida das práticas escolares desde o ponto de vista da gestão e do trabalho docente. Todavia, o PNEM não somente refletia sobre essas práticas, como também introduzia um tipo de compreensão que serviria como prescrição acerca do que deveria ser feito em sala de aula e, por consequência, acerca de como se deveria encarar os alunos.

A própria instituição escolar é vista como um problema, por haver, segundo o documento, uma tendência

[...] de não considerar o jovem como interlocutor válido na hora da tomada de decisões importantes para a instituição. Muitas vezes, ele não é chamado para emitir opiniões e interferir até mesmo nas questões que lhe dizem respeito diretamente (BRASIL, 2013b, p. 10).

Essa crítica volta-se para a gestão escolar, indicando a necessidade de participação dos alunos em decisões mais amplas do cotidiano da escola. De fato, a participação dos alunos nas escolas é uma temática importante e deve ser vista desde um processo que remete ao campo das políticas públicas, nas quais a participação dos jovens em todas as esferas de decisão que afetam sua vida deve ser não somente considerada, mas, defendida. Aqui se pensa em uma visão de juventude que se conecta às experiências dos alunos do ensino médio. Essa noção parece justificar tanto o PNEM quanto o ProEMI, como se fosse necessária uma nova escola para novos sujeitos dos quais a “educação tradicional” não estava dando conta. Um dos grandes problemas do ensino médio decorria da má compreensão do que o aluno era: um jovem que vive uma experiência específica, desrespeitada pela escola e que interditava aquele *direito a se saber*, que é condição indispensável para uma formação integral e mais humana.

O Ensino Médio como produtor do estudante empreendedor

O interesse de institutos privados pelo ensino médio aumentou nas últimas décadas. Para se ter uma ideia, o Instituto Unibanco criou em 2007 o projeto Jovem de Futuro, que era considerado um de seus projetos principais no que dizia respeito à educação. É considerado uma tecnologia educacional, por parte do Instituto, por ter como objetivo a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos de ensino médio em escolas públicas no Brasil (INSTITUTO UNIBANCO, 2018). Esse projeto virou, em 2011, uma parceria com o Governo Federal, o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) constituindo assim a Rede Jovem de Futuro.

O conceito central do projeto é o que denominam de Gestão Escolar para Resultados

de Aprendizagem (GEpR), baseado em cinco pilares, a saber: participação, altas expectativas e valorização, respeito a contextos diversos, necessidade de inovar e equidade. Esses pilares visariam formar uma juventude supostamente bem qualificada e uma escola que geraria um bom futuro para os seus alunos através da aprendizagem. Segundo o relatório de atividades do Instituto, um dos objetivos do Jovem de Futuro é estimular “[...] a escolarização como solução para o apagão da mão de obra especializada, com reflexos na diminuição do desemprego [...]” (INSTITUTO UNIBANCO, 2011, p. 11). Assim, não podemos negar que a formação do projeto tem como um dos objetivos principais dar conta de um problema que afeta o país, isto é, constitui-se como uma formação de capital humano com vistas ao desenvolvimento econômico do Brasil. Ele buscaria dar respostas a um problema mais amplo que não apenas o da formação da juventude e a qualificação do próprio ensino médio. Ou seja, seria uma forma de solucionar uma demanda do mercado de trabalho por formação “qualificada”.

Nessa mesma linha, a Fundação Lemann, em parceria com o Movimento Todos Pela Educação, elaborou uma pesquisa intitulada *Projeto de Vida* (FUNDAÇÃO LEMANN, 2015), que tinha como intuito analisar a desconexão entre o que os alunos aprendem na Educação Básica e o “Mundo Real” (Ensino Superior e Mercado de Trabalho). A desconexão se deve ao fato de os alunos não adquirirem habilidades e competências para ingressar no mundo posterior ao ensino médio. Não obstante a pesquisa ouvir jovens egressos dessa etapa de ensino, o fato é que suas conclusões apontam para uma visão centrada nos problemas da escola em termos de conteúdo, estrutura e práticas pedagógicas dos professores. O jovem ali é uma espécie de sobrevivente, que precisou enfrentar todas as adversidades de uma escola desconecta da realidade.

Essa pesquisa teve certa repercussão na imprensa. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o jornal Zero Hora destacou a pesquisa como a afirmação de uma desconexão entre escola e realidade. O título da reportagem, *Desconexão entre escola e realidade* (DESCONEXÃO..., 2015), poderia indicar que a escola é um espaço completamente alheio ao mundo que espera os jovens e, embora a pesquisa ouça experiências de jovens egressos, é na crítica ao ensino médio e sua relação com o mercado de trabalho que ela vai se concentrar. O empresariado não considera que os jovens egressos possuem o conhecimento necessário para ocupar postos de empregos demandado pelo mercado de trabalho. Desse modo, os jovens não estariam sendo preparados, por exemplo, para desenvolver habilidades socioemocionais: eles não trabalhariam focados, teriam dificuldades para trabalhar em grupo e de se comportar no ambiente de trabalho (DESCONEXÃO..., 2015). Com isso, não há como desconsiderar que o foco dos Institutos e Fundações Privadas, ao se interessar pelo ensino médio, é encarar os estudantes dessa etapa de ensino não como jovens em si, mas como sujeitos que ingressarão em um mercado de trabalho que cada vez mais demanda habilidades distintas e voláteis.

Aqui, está-se diante do discurso para a formação de capital humano que, no caso da experiência neoliberal que vivemos, é aquele que vende o discurso do empreendedorismo, da

formação de sujeitos empresários de si mesmos (GADELHA, 2016). Enfim, não há um interesse numa formação humana integral, cujo foco seria o *direito de se saber*, de se tornar sujeito relevante por aquilo que ele é. Ao contrário, o ponto central é pensar o jovem a partir daquilo que ele deve ser, isto é, como um sujeito a ingressar num mercado de trabalho com vistas ao desenvolvimento social e econômico do país. O que vale, em suma, é ser útil a um mercado de trabalho cada vez mais precarizado que demanda um “trabalhador flexível”, como nos ensina Laval (2004), e que possua a habilidade de se adaptar a qualquer situação, desenvolvendo neles a resiliência. A própria ideia de protagonismo, propagandeada por conta da Reforma do Ensino Médio de 2017, é apenas uma forma de oferecer aos jovens um conjunto de possibilidades, itinerários formativos (BRASIL, 2017), no interior de um campo de escolhas limitado por desejos políticos e pedagógicos alheios àquilo que os jovens poderiam escolher.

Considerações finais

O jovem, com as mudanças que temos vistos nos últimos anos, não vale por aquilo que é, mas sim, por aquilo que deve ser. Se desde a década de 2000 o jovem vinha sendo pensado como um sujeito de direitos, implicando a ideia de que o ensino médio seria um *locus* da experiência juvenil, agora, com as transformações neoliberais desta etapa de ensino, culminadas no tal “Novo Ensino Médio”, as culturas juvenis passam a ser utilizadas como um meio de captura para produzir o discurso do empreendedorismo, a partir de um suposto protagonismo juvenil baseado nas possibilidades de escolha de itinerários formativos, por exemplo.

A análise desenvolvida nesse texto não esgota o assunto, visto estarmos em um processo de implementação de um “novo ensino médio”, que faz com que o que foi apresentado aqui, seja pensado como uma análise de condições históricas que nos fazem entender onde estamos e, por consequência, para onde vamos. O fato é que não se pode pensar em ensino médio, atualmente, sem considerar o modo como a juventude vem sendo problematizada. Em suma, o que entregamos ao leitor são feixes de pensamento, intuições que podem ser levadas adiante... Agora é a hora de entrar em cena.

Palavras-Chave: Juventude; Ensino Médio; Problematização.

Referências

ARROYO, Miguel. Os jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: **Juventude e Ensino Médio: Sujeitos e Currículos em Diálogo**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 157-203.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio: Projeto Escola Jovem - Síntese**. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Escola_Jovem.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4530, de 2004. **Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras Providências**. Brasília, DF, Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?

codteor=253927&filename=PL+4530/2004. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009. **Institui o Programa Ensino Médio Inovador**. Brasília, DF: Mec, 09 out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1634-port-971&Itemid=30192. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Para A Educação Básica**. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio**, 2013a. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pacto_fort_ensino_medio.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II: o jovem como sujeito do ensino médio / Ministério da Educação, Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013b.**

BRASIL. Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]**. Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

DESCONEXÃO entre escola e realidade. **Zero Hora**. Porto Alegre, 23 jul. 2015. p. 7-8.

FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 240-251.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 236 p.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Projeto de Vida: O papel das escolas na vida dos jovens**. [s.l]: Fundação Lemann, 2015. 227 p. Relatório Técnico.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. Kindle Edition.

INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades do Instituto Unibanco**. [s.l]: Instituto Unibanco, 2011. 56 p. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/rel_atividades_IU_2011.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **Jovem de Futuro**. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>. Acesso em: 03 abr. 2018.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004. 324 p.

RAMOS, Marise N.; PAVAN, Rosiver (Org.). **Ensino médio - construção política: Sínteses das salas temáticas**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. 77 p.

RODRIGUES, Romir de Oliveira. **O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio no Rio Grande do Sul (1999/2002): a afirmação do público na construção das políticas educacionais**. 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação,

